



# DESEMPENHO DA AGROPECUÁRIA PARAIBANA NA DÉCADA DE 2000

---

**Ivan Targino**

Universidade Federal da Paraíba

**Emilia de Rodat Fernandes Moreira**

Universidade Federal da Paraíba

**Natália Maritan Ugulino de Araújo**

Universidade Federal da Paraíba

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a evolução da agricultura do estado da Paraíba nas duas últimas décadas. Para a realização do trabalho foram coletadas informações nas seguintes fontes de dados: IPEADATA (Base de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); nos Censos Agropecuários da Paraíba de 1995/1996 e 2006; na Produção Agrícola e Pecuária Municipal do IBGE; na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009; na SEDAP (Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca); no Banco Central do Brasil; e no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O estudo mostra que o setor agropecuário paraibano tem sofrido uma forte crise. A sua participação no PIB estadual tem regredido. A produção agrícola está concentrada em poucos produtos. Os rebanhos estão praticamente estacionados. O nível de pobreza do setor é elevado. As políticas públicas aplicadas ao setor agricultura não têm sido capazes de reverter à situação.

**Palavras-chave:** Agropecuária, Políticas públicas, Paraíba.

## Abstract

This paper aims at analyzing the evolution of agriculture in the state of Paraíba in the last two decades. To carry out the work, information was collected on the following data sources: IPEADATA (Database of the Institute for Applied Economic Research), the Agricultural Census of Paraíba in 1995/1996 and 2006; the Municipal Agricultural Production and Livestock; the National Survey Household Sample Survey (PNAD 2009); in SEDAP (Secretary of State for Development of Agriculture and Fisheries); the Central Bank of Brazil; and INCRA (National Institute of Colonization and Agrarian Reform). The study shows that the Paraíba agricultural sector has suffered a major crisis. Its share in the GDP state has regressed. Agricultural production is concentrated in a few products. The herds are practically parked. The level of poverty is high. Public policies applied to the agriculture sector have not been able to reverse the situation.

**Keywords:** Agriculture, Public policy, Paraíba.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, a atividade agropecuária desempenhou um papel fundamental no processo de formação do espaço socioeconômico estadual. Com efeito, até a segunda metade do século XX, a economia paraibana era, fundamentalmente, uma economia primário-exportadora. Esse setor era responsável por 56,8% do valor adicionado estadual (veja Tabela 1), bem como absorvia a maior parte da força de trabalho do Estado. Essa importância econômica tinha o seu rebatimento no cenário político. A aristocracia rural detinha, efetivamente, o controle do poder político no Estado. Os principais grupos políticos tinham na terra a base do seu poder.

Tabela 1. Paraíba: Valor adicionado por setores produtivos (1960 / 2009)

Anos	Setor Agropecuário		Setor Industrial		Setor de Serviços		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor		Valor	%
1960	1.096.700,65	56,8	173.769,49	9,0	661.833,23	34,3	1.932.303,36	100
1969	925.724,46	46,7	180.577,71	9,1	877.181,57	44,2	1.983.483,73	100
1975	932.869,52	27,7	764.560,11	22,7	1.667.696,73	49,6	3.365.126,35	100
1980	880.502,27	17,7	1.318.514,15	26,5	2.767.851,55	55,7	4.966.867,97	100
1985	1.220.325,26	20,9	1.609.861,34	27,6	3.005.013,71	51,5	5.835.200,31	100
1990	1.124.015,23	15,3	1.875.437,63	25,6	4.336.024,93	59,1	7.335.477,80	100
1991	856.654,34	11,5	1.969.544,43	26,5	4.595.313,73	61,9	7.421.512,50	100
1992	869.075,82	13,2	1.839.345,14	27,8	3.898.206,90	59,0	6.606.627,87	100
1993	797.721,45	10,9	2.039.204,50	28,0	4.451.827,42	61,1	7.288.753,37	100
1994	1.364.809,90	17,2	2.282.390,58	28,8	4.283.955,26	54,0	7.931.155,74	100
1995	1.488.382,24	19,8	1.933.526,98	25,7	4.092.844,12	54,5	7.514.753,35	100
1996	1.415.328,09	18,0	2.083.681,25	26,5	4.378.386,11	55,6	7.877.395,45	100
1997	1.130.170,45	14,4	2.306.571,90	29,5	4.393.597,84	56,1	7.830.340,19	100
1998	758.418,52	9,7	2.388.187,59	30,6	4.650.176,10	59,6	7.796.782,21	100
1999	931.623,41	12,1	2.375.762,34	30,8	4.418.109,35	57,2	7.725.495,11	100
2000	1.084.693,81	12,7	2.578.546,99	30,2	4.870.542,18	57,1	8.533.782,98	100
2001	1.067.825,01	12,2	2.839.450,49	32,5	4.822.316,47	55,2	8.729.591,97	100
2002	700.261,26	7,6	2.182.410,27	23,6	6.353.453,18	68,8	9.236.124,71	100
2003	845.973,12	9,1	2.195.799,43	23,7	6.230.418,79	67,2	9.272.191,34	100
2004	735.890,78	8,1	2.124.940,65	23,4	6.232.616,73	68,5	9.093.448,15	100
2005	675.648,44	7,1	2.137.642,81	22,5	6.678.024,52	70,4	9.491.315,77	100
2006	763.536,22	7,2	2.333.609,49	22,0	7.514.566,69	70,8	10.611.712,41	100
2007	627.051,61	5,6	2.503.062,50	22,4	8.048.225,44	72,0	11.178.339,55	100
2008	729.422,89	6,1	2.563.422,55	21,4	8.659.312,58	72,4	11.952.158,02	100
2009	712.081,62	5,7	2.767.957,42	22,1	9.040.144,32	72,2	12.520.183,37	100

Fonte: IPEADATA – Contas Nacionais.

Nota: \* em R\$1.000 de 2000.

Ao longo da segunda metade do século XX, a agricultura foi perdendo essa influência em consequência de uma série de fatores, podendo ser destacados:

- A criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, teve um impacto importante no processo de industrialização da Paraíba. O setor industrial teve a sua participação no PIB elevada de 9,0%, em 1960, para 26,5% em 1980 (veja Tabela 1);
- O aumento da população urbana e a sua concentração nas maiores cidades têm propiciado o aumento do mercado e a criação de novas oportunidades para as atividades do setor terciário, de modo que houve um crescimento absoluto e percentual desse setor. Na Paraíba, a participação do setor terciário no PIB passou de 34,3, em 1960, para 72,2%, em 2009 (veja Tabela 1);
- O processo de modernização da agropecuária tem reduzido a demanda por trabalhadores para a realização das atividades produtivas, contribuindo para o incremento do êxodo rural (MOREIRA e TARGINO, 1997). Para isso também concorreu a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores através da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964);
- A ocorrência de secas periódicas que têm provocado uma redução na capacidade produtiva dos estabelecimentos rurais, particularmente no tocante à pecuária, pois a recuperação dos rebanhos após uma seca prolongada é bastante lenta;
- O declínio das lavouras do algodão e do sisal nas décadas de 1970 e 1980, em decorrência da substituição das fibras naturais pelas sintéticas, da queda do preço internacional desses produtos e da disseminação da praga do bicudo.

Diante do exposto, o presente trabalho busca analisar o desempenho do setor agropecuário do Estado da Paraíba durante as últimas décadas, com ênfase nos seguintes objetivos específicos de estudo: a) a participação da agropecuária no PIB estadual; b) a estrutura fundiária; c) a evolução das principais lavouras e rebanhos; d) a situação da mão de obra ocupada na agropecuária e; e) o comportamento das políticas públicas.

Para atingir o objetivo proposto, foi necessário, além de uma pesquisa bibliográfica, um levantamento de dados estatísticos. As principais informações estatísticas foram coletadas: a) no IPEADATA (Base de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada): dados acerca do Produto Interno Bruto estadual, regional e nacional, e da participação dos setores de atividade na geração do valor adicionado no contexto econômico estadual; b) no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): dados sobre a estrutura fundiária e o uso de irrigação dos estabelecimentos agropecuários nos Censos Agropecuários da Paraíba de 1995/1996 e 2006; dados relativos às principais lavouras temporárias e permanentes e aos principais rebanhos nas pesquisas sobre produção agrícola municipal e pecuária municipal de 2000 a 2009; e dados acerca da mão-de-obra ocupada na agropecuária na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2009; c) na SEDAP (Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca): dados relativos à situação dos projetos de irrigação; d) no Banco

Central do Brasil: dados sobre os financiamentos de custeio, investimento e comercialização concedidos a produtores e cooperativas do setor agrícola e pecuário nos Anuários Estatísticos do Crédito Rural de 2000 a 2009; e) no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária): dados acerca dos projetos de assentamento criados durante a década de 2000.

### **PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO PIB ESTADUAL**

Ao longo das duas últimas décadas (1990-2009), a participação da Paraíba no PIB regional e no PIB nacional alcançou em média 6,31% e 0,82%, respectivamente, evidenciando a pequena dimensão da economia paraibana no contexto regional e nacional. Durante o período compreendido entre os anos 2000 e 2009, o produto interno bruto a preços constantes do Estado da Paraíba apresentou um crescimento de 44%, valor este superior ao crescimento do PIB regional e do PIB nacional, que foi da ordem de 43% (veja Tabela 2).

Tabela 2. Brasil, Nordeste e Paraíba: Produto Interno Bruto a preços constantes\* (1990-2009)

Anos	PIB a preços constantes			Part. Relativa (%)	
	Brasil	Nordeste	Paraíba	PB/BR	PB/NE
1990	922.362.377,78	118.645.601,60	7.796.664,13	0,85	6,57
1991	931.876.400,69	124.602.083,13	7.880.943,01	0,85	6,32
1992	927.525.330,70	119.830.901,08	6.880.375,79	0,74	5,74
1993	970.795.787,46	124.444.071,72	7.361.580,47	0,76	5,92
1994	1022582094,71	131.624.054,98	8.304.193,67	0,81	6,31
1995	977.790.284,00	124.968.946,83	8.056.376,35	0,82	6,45
1996	1.006.603.239,40	132.592.395,67	8.463.870,40	0,84	6,38
1997	1.045.399.951,55	136.796.625,51	8.391.220,78	0,80	6,13
1998	1.052.953.980,32	137.430.888,59	8.364.116,42	0,79	6,09
1999	1.034.003.018,57	135.559.336,42	8.426.921,63	0,81	6,22
2000	1.101.254.907,19	144.134.602,57	9.237.736,76	0,84	6,41
2001	1.100.080.008,81	144.355.984,13	9.426.548,50	0,86	6,53
2002	1.226.733.235,14	159.039.332,01	10.321.326,50	0,84	6,49
2003	1.240.799.172,19	158.416.555,75	10.333.864,41	0,83	6,52
2004	1.311.677.726,68	166.902.103,73	10.149.143,77	0,77	6,08
2005	1.353.122.396,19	176.790.634,43	10.630.083,28	0,79	6,01
2006	1.406.665.463,08	184.689.751,75	11.844.279,54	0,84	6,41
2007	1.492.351.812,70	195.027.565,87	12.449.655,33	0,83	6,38
2008	1.569.530.186,09	205.753.993,68	13.301.103,93	0,85	6,46
2009	1.564.354.789,73	211.381.150,54	13.868.624,08	0,89	6,56

Fonte: IPEADATA – Contas Nacionais.

Nota: \* em R\$1.000 de 2000.

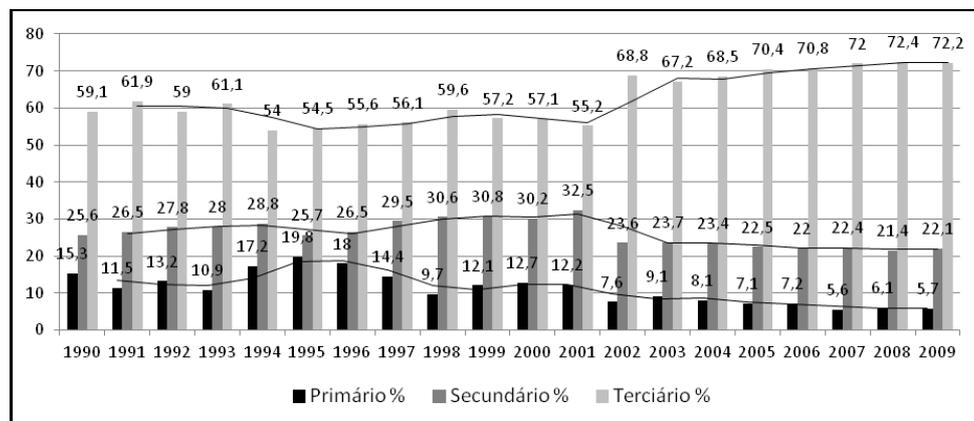
Esse ritmo mais elevado de crescimento, embora pequeno, teve como efeito um pequeno aumento na participação do PIB estadual frente ao PIB regional e

nacional, situando em 6,38% e 0,83%, respectivamente, conforme mostram os dados da Tabela 2.

Esses dados mostram que o Estado da Paraíba integra a periferia do sistema econômico nacional, ocupando a 20ª posição quanto ao PIB, e a 24ª posição quanto ao PIB per capita. A ação das políticas de desenvolvimento implementadas seja pela União seja pelo governo estadual ainda não foi capaz de reverter esse quadro, e seu desenvolvimento encontra-se subordinado aos interesses do grande capital que se concentra, principalmente, no centro econômico do país.

No tocante ao comportamento do setor agropecuário paraibano durante o período estudado, a situação é mais preocupante ainda. Verifica-se, de acordo com os dados expostos na Tabela 1, que o valor adicionado da agricultura apresentou uma queda de, aproximadamente, 37% em valores absolutos. Enquanto que sua participação no valor adicionado estadual, declina de 15,3%, em 1990, para 5,7%, em 2009 (veja Gráfico 1). Convém observar que essa tendência de redução da importância relativa do setor primário se deu, sobretudo, em razão do forte crescimento do setor terciário, que teve sua participação ampliada de 59,1%, em 1990, para 72,2%, em 2009.

Gráfico 1. Paraíba: composição do valor adicionado segundo os setores de atividade (1990-2009)



Na última década (2000 – 2009), verifica-se que esta tendência se consolidou, pois declinou R\$1.084.693,81, em 2000, para R\$712.081,62, em 2009, o equivalente a uma redução da ordem de 35%. Em termos de participação relativa na composição do valor adicionado estadual, em 2000, a participação relativa da agropecuária no valor adicionado paraibano era de 8,9%, crescendo e atingindo 9,1%, em 2003, e terminando a década com apenas 5,7%. O decréscimo da participação do setor primário na composição do valor adicionado estadual foi compensado pelo aumento da participação do setor industrial e do setor de serviços, como mostra o Gráfico 1.

Da observação do Gráfico 1, fica também evidenciado o impacto das secas periódicas sobre a atividade primária do Estado<sup>i</sup>. Com efeito, nos anos de 1993 e de 1997/98 o estado da Paraíba foi afetado por grave seca que provocou a redução tanto no valor adicionado da agropecuária (veja Tabela 1), quanto na participação desse setor na economia estadual (veja Gráfico 1).

### ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A estrutura fundiária refere-se à forma como as terras de uma sociedade estão distribuídas entre os que detêm o seu controle, levando em consideração o número e o tamanho dos estabelecimentos. A organização da produção agropecuária é marcada, desde o período colonial quando vigorava o sistema de concessão de terras através de sesmarias, por uma forte concentração fundiária. A Tabela 3 mostra a distribuição do número e da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área, de acordo com os dados do censo agropecuário paraibano de 2006.

Tabela 3. Paraíba: Distribuição do número e da área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área – 2006

Grupos de Área (ha)	Número de Estabelecimentos		Área Total (ha)	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Até 10	118.168	70,6	317.045	8,4
De 10 a menos de 20	19.329	11,6	255.966	6,8
De 20 a menos de 50	16.037	9,6	480.498	12,7
De 50 a menos de 100	6.506	3,9	438.274	11,6
De 100 a menos de 500	6.180	3,7	1.228.954	32,5
De 500 a menos de 1.000	723	0,4	471.533	12,5
De 1.000 a menos de 2.500	286	0,2	399.175	10,6
De 2.500 e mais	43	0,0	191.433	5,1
Total	167.272	100,0	3.782.878	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário da Paraíba 2006.

Com base nesses dados, pode-se observar que os estabelecimentos com menos de 50 hectares correspondiam a aproximadamente 91,8% do número total de estabelecimentos, abrangendo, no entanto, apenas 27,9% da área total. Enquanto isso, aqueles com mais de mil hectares totalizavam 0,2% do número de estabelecimentos e detinham 15,7% da área total dos mesmos.

Fazendo-se uma comparação com os dados do censo agropecuário de 1995/1996, verifica-se que cresceu o número dos estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares e sua participação na área total. Caso contrário ocorreu

com aqueles com mais de mil hectares, conforme constatado pela citação a seguir:

Segundo os dados do censo agropecuário de 1995/1996, dos 146,4 mil estabelecimentos recenseados naquele ano, 89,9% tinham menos de 50 hectares e se apropriavam de apenas 22,89% da área total dos estabelecimentos. No outro extremo da distribuição, tem-se que os estabelecimentos com mais de mil hectares somavam 420, representando menos de 0,3% do total, mas que, em contrapartida, detinham 18,5% da área total. (TARGINO e MOREIRA, 2006, p. 51)

Estes fatos mostram que, durante os anos compreendidos entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006, os pequenos estabelecimentos passaram a ter uma maior participação na área total, o que pode ser atribuído, em parte, à política agrária implementada no período. Essa melhora no padrão de distribuição da propriedade fundiária pode ser comprovada, também, pela queda no valor do índice de Gini, que passou de 0,834, em 1995/1996, para 0,822, em 2006.

Porém, convém lembrar que esses dados não evidenciam toda a dimensão da concentração fundiária no Estado: de um lado, tem-se que muitos proprietários possuem mais de um estabelecimento agropecuário; de outro lado, ainda é significativo o número de trabalhadores rurais sem qualquer tipo de propriedade.

Vale lembrar também que, para evitar desapropriações, muitos proprietários dividiram as suas propriedades com os seus herdeiros, de modo a ficar no limite legal do tamanho de propriedade que não pode ser objeto de desapropriação e não poderem, assim, ser classificados como latifúndios por extensão, de acordo com o Estatuto da Terra.

## **EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS E DOS REBANHOS**

A década de 90 foi marcada por fatores que afetaram negativamente a produção das lavouras e rebanhos, como a persistência da crise nas atividades canavieira, algodoeira<sup>ii</sup>, sisaleira<sup>iii</sup> e pecuária. Porém, ocorreu também o surgimento de fatores positivos como: “a) o avanço da área cultivada com abacaxi; b) a ampliação da produção de produtos da policultura básica; c) a tentativa de resgate da cultura do algodão através do estímulo à produção do algodão herbáceo com ênfase para o “algodão colorido” e; d) o incentivo a expansão da caprinocultura”. (TARGINO e MOREIRA, 2006). Ao longo da década de 2000, observa-se que permanece a tendência de redução da maior parte das lavouras bem como dos rebanhos, como será visto a seguir.

De acordo com os dados da Tabela 6, em 2006, a produção agropecuária paraibana era de R\$ 1.516.754. Desse total, 68% correspondiam à produção vegetal, 32% à produção animal. Comparativamente ao Brasil e ao Nordeste, constata-se a pequena participação do Estado no valor da produção agropecuária nacional e regional: 0,9% e 5,2%, respectivamente.

Tabela 6. Brasil, Nordeste e Paraíba: Valor da produção agropecuária (2006)

Especificação	Brasil	Nordeste	Paraíba	PB/BR	PB/NE
Total	163.986.295	29.218.651	1.516.754	0,9	5,2
Animal	48.216.490	6.851.122	476.611	1,0	7,0
Vegetal	114.698.152	22.029.666	1.032.102	0,9	4,7
Outros	107.653	337.863	8.041	7,5	2,4

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

Nota: (\*) valores correntes.

### A Produção de Lavouras

A produção de lavouras é o segmento mais importante do setor agropecuário estadual. Com efeito, o valor da produção das lavouras (permanentes e temporárias), representava 61% do total do valor da produção agropecuária paraibana, em 2006. A seguir é feita uma rápida discussão a respeito das lavouras temporárias e permanentes.

#### *As Lavouras Temporárias*

Em 2006, o cultivo das lavouras temporárias representava o segmento das lavouras com maior representatividade na agricultura estadual. De conformidade com o Censo Agropecuário de 2006, as lavouras temporárias respondiam por um pouco mais da metade do valor da produção vegetal estadual (52%). Os dados da produção agrícola municipal mostram que: a) é pequeno o número de lavouras temporárias cultivadas na Paraíba. De acordo com o censo, apenas 19 culturas tiveram produção registrada por ocasião do recenseamento; b) além do pequeno número recenseado de lavouras, há uma forte concentração em alguns poucos produtos, com destaque para: cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, feijão, milho, tomate; c) durante as duas últimas décadas, constata-se um forte declínio da produção agrícola da quase totalidade dos produtos, quando se considera os dois anos extremos da série (veja Gráficos de 2 a 7).

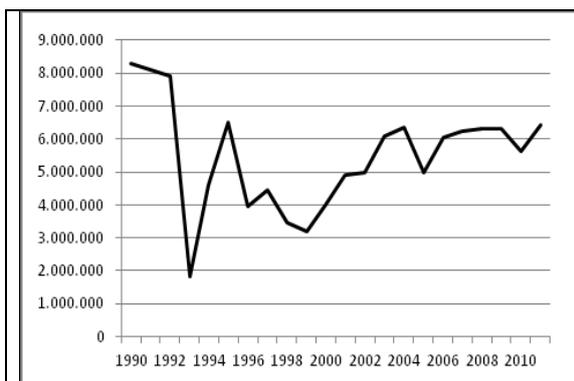


Gráfico 2. Produção da cana-de-açúcar (ton)

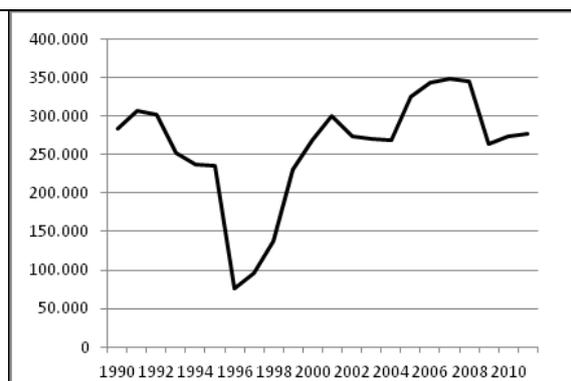


Gráfico 3. Produção de abacaxi (mil frutos)

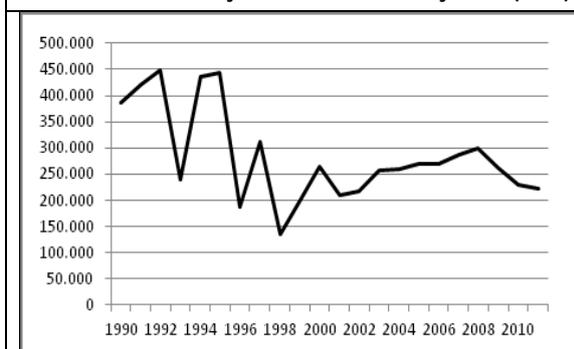


Gráfico 4. Produção de mandioca (ton)

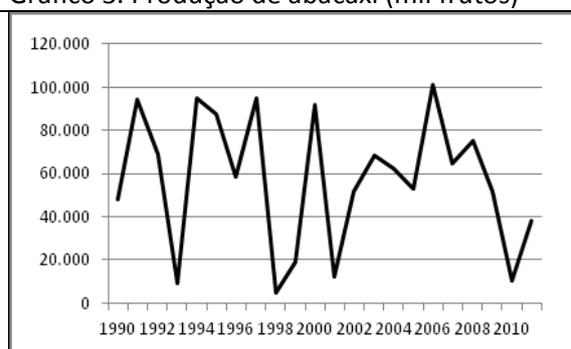


Gráfico 5. Produção de feijão (ton)

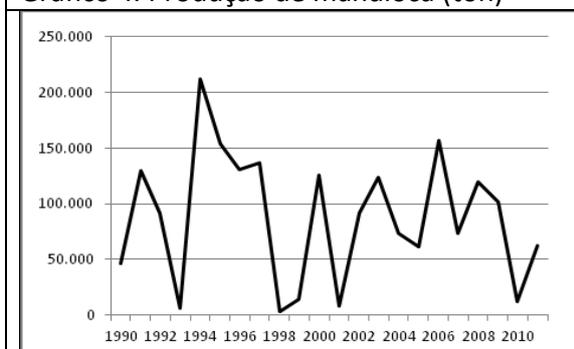


Gráfico 6. Produção de milho (ton)

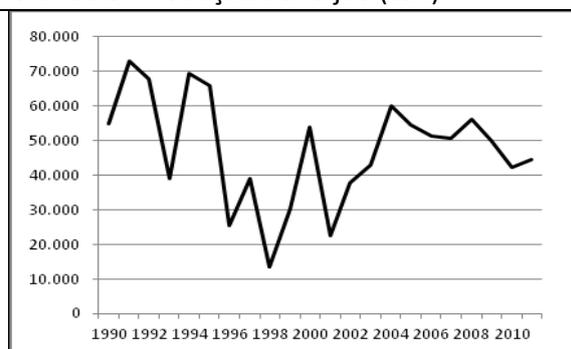


Gráfico 7. Produção de batata doce (ton)

Fonte: IBGE – Produção agropecuária municipal.

No entanto, para alguns produtos, como cana-de-açúcar e abacaxi, constata-se que na década de 2000, houve uma reversão dessa tendência a exemplo da cana-de-açúcar e do abacaxi. No tocante à cana-de-açúcar, principal lavoura estadual tanto em termos de valor da produção quanto em quantidade produzida, após a forte crise registrada na década de 1990, a recuperação da lavoura na primeira década do século XXI resultou de uma conjunção de fatores, podendo ser ressaltados: aumento da demanda e do preço do produto no mercado internacional, resultado da abertura do mercado europeu para o açúcar procedente do Brasil, da redução da produção indiana, e da elevação do preço do petróleo.

Apesar da tendência declinante da maior parte dos produtos, deve ser lembrado que uma das características mais marcante da produção das lavouras temporárias é a forte oscilação da sua produção, particularmente por ocasião das secas periódicas, que afetaram a Paraíba em 1993 e 1998/99 (veja Gráficos 8 a 12).

### **Lavouras Permanentes**

No tocante às lavouras permanentes, de acordo com as informações contidas na Tabela II, em anexo, tem-se que algumas culturas, em termos de quantidade produtiva, se destacam no contexto estadual a saber: banana, coco da baía, mamão e manga. A maioria dos produtos sofreu uma redução na sua quantidade produzida. Os casos mais chamativos são: goiaba, laranja, limão, manga e sisal, como podem ser visualizados nos gráficos abaixo:

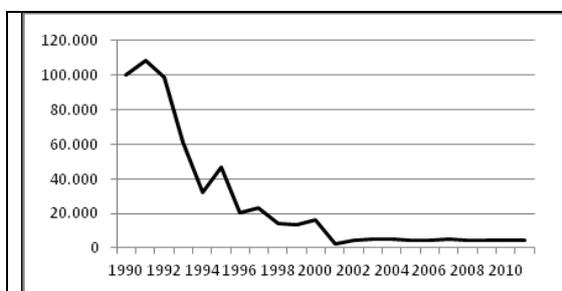


Gráfico 8. Paraíba: Produção de goiaba

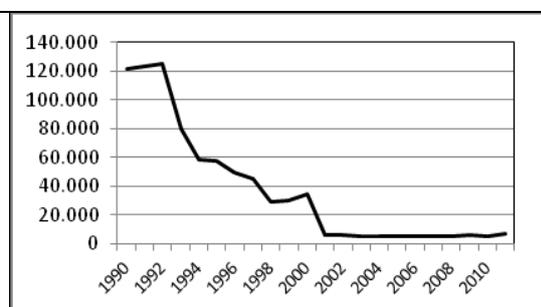


Gráfico 9. Paraíba: Produção de laranja

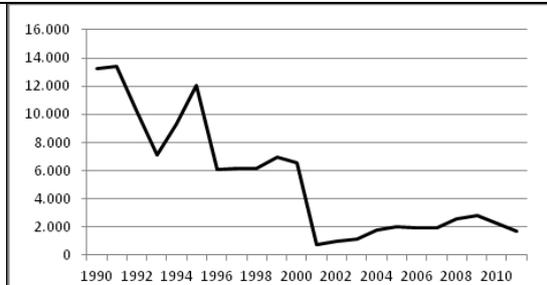


Gráfico 10. Paraíba: Produção de mamão

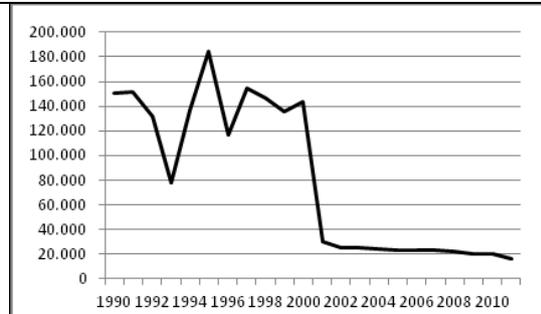


Gráfico 11. Paraíba: Produção de manga

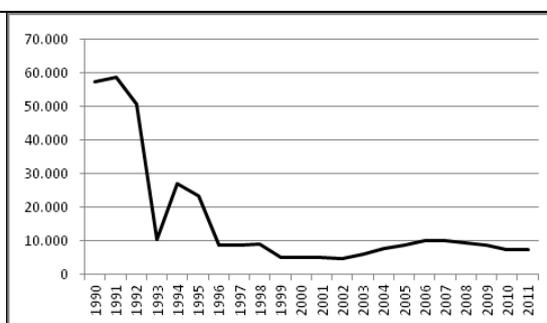


Gráfico 12. Paraíba: Produção de sisal

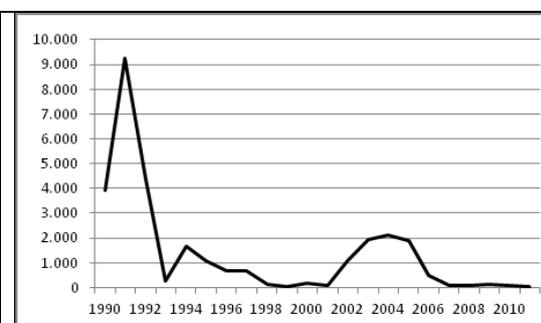


Gráfico 13. Produção de algodão arbóreo

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Pela importância que já tiveram na organização agrícola estadual, chama a atenção o caso das lavouras do algodão arbóreo e do sisal. Até a década de 1970, esses dois produtos, juntamente com a cana-de-açúcar comandavam a dinâmica do espaço agrário estadual. Como pode ser visto nos Gráficos 11 e 12, atualmente, a produção dessas lavouras é inexpressiva. Ao contrário dessas lavouras, quatro lavouras permanentes têm uma evolução bastante positiva durante o período em foco, a saber: banana, coco, tangerina e maracujá, como pode ser visualizado nos gráficos 14, 15, 16 e 17.

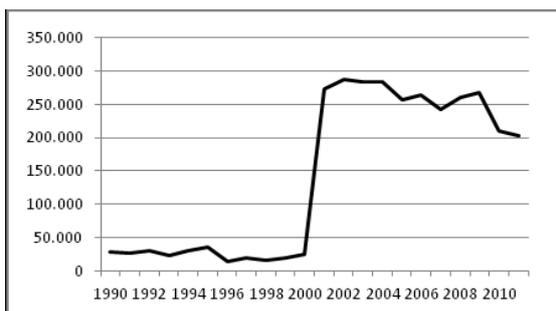


Gráfico 14. Paraíba: Produção de sisal

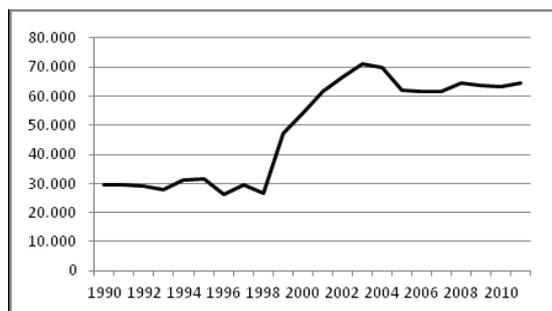


Gráfico 15. c de algodão arbóreo

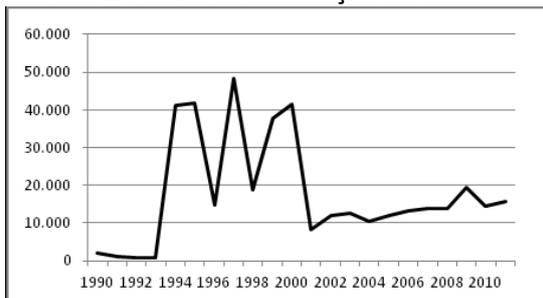


Gráfico 16. Paraíba: Produção de banana

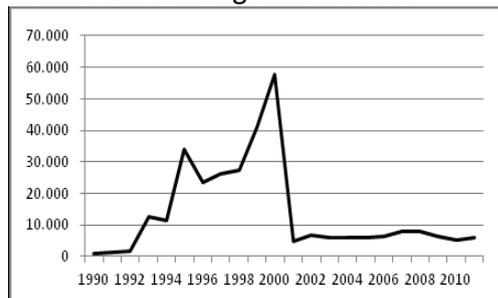


Gráfico 17. Frequência na Paraíba

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

A produção de banana está concentrada nas microrregiões do Brejo Paraibano e de Sousa. A expansão recente no Brejo Paraibano deu-se como uma estratégia de substituição da lavoura canavieira que até a década de 1980 dominava aquele espaço agrário. No caso da microrregião de Sousa o crescimento se deu nas áreas irrigadas, particularmente no Perímetro Irrigado de São Gonçalo e no Projeto Várzeas de Sousa. No caso do coco da baía, tradicionalmente, essa lavoura se desenvolvia na região litorânea. Atualmente, essa cultura tem se expandido no Projeto Várzea de Sousa. Essa última área é a responsável pelo crescimento recente da cultura na Paraíba.

Quanto à produção de tangerina e de maracujá, tem-se um crescimento expressivo na segunda metade da década de 1990, tendo experimentado uma queda na década de 2000, mas apesar dessa queda, ainda encontra-se em um nível bem mais elevado do que aquele verificado em 1990.

De modo geral, pode-se afirmar que a expansão da fruticultura é o fato mais marcante e significativo que ocorreu nas últimas décadas na produção agrícola do Estado, com destaque para a banana, o coco da baía e o mamão.

### **A Produção Pecuária**

Como se sabe, a pecuária foi a atividade responsável pela ocupação do todo o espaço interiorano da Paraíba. Atualmente, o valor da produção animal corresponde a 32% do valor da produção do setor primário estadual. Além da produção de aves, os rebanhos mais importantes são o bovino, o caprino, o ovino e o suíno. A seguir comenta-se a evolução de cada um desses rebanhos nas duas últimas décadas.

#### ***O Rebanho Bovino***

A Tabela 7 expõe os dados relativos à evolução do rebanho bovino estadual nas últimas décadas. Da análise desses dados podem ser ressaltados os seguintes pontos:

- Ao se considerar os anos extremos da série (1990 e 2011), tem-se que o rebanho bovino estadual permaneceu, praticamente, no mesmo nível (1,3 milhões de cabeças). Essa evolução contrasta bastante com a evolução do rebanho nacional, que nesse período passou de 147 mil cabeças para 212 mil cabeças, uma variação de 47% no período;
- O tamanho do rebanho é fortemente afetado pelas secas periódicas, como ocorreu em 1993 e em 1998/1999. Após uma seca, o rebanho leva algum tempo para ser recomposto.
- Em termos de tamanho do rebanho, as mesorregiões do Sertão Paraibano e do Agreste Paraibano congregam o maior número de animais. Porém, comparando-se o tamanho dos rebanhos com a área das mesorregiões (densidade do rebanho), observa-se que o Agreste Paraibano é a mesorregião que detém a mais elevada densidade do rebanho, 35 reses por km<sup>2</sup>. Em último lugar fica a Borborema (14 reses por km<sup>2</sup>).

#### **4.2.2 Os Rebanhos Caprino e Ovino**

Os rebanhos caprino e ovino são os rebanhos de porte médio mais importantes do Estado. No Gráfico 18, pode-se observar a evolução desses dois rebanhos desde 1974. Ao contrário do que ocorreu com o rebanho bovino, os rebanhos caprino e ovino experimentaram uma evolução bastante significativa, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990. Considerando a distribuição

espacial desses dois rebanhos, ressalta-se a importância da mesorregião da Borborema.

A tendência de crescimento recente é devida a dois aspectos principais: o primeiro foi a política adotada pelo governo estadual de fortalecimento desses rebanhos, ao disponibilizar recursos e assistência técnica, bem como a introdução de novas raças; em segundo lugar, a adoção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de assegurar mercado e preço para os produtos derivados da pecuária (leite, queijo, etc.)<sup>iv</sup>.

Tabela 7. Paraíba: Rebanho bovino segundo as mesorregiões 1990 – 2011

Anos	Sertão	Borborema	Agreste	Mata	Total
1990	449.490	211.093	569.801	114.977	1.345.361
1991	422.841	215.592	568.432	108.279	1.315.144
1992	395.704	218.725	593.184	112.069	1.319.682
1993	220.170	129.140	399.542	110.001	858.853
1994	286.191	123.483	446.735	118.261	974.670
1995	335.508	146.823	452.072	119.334	1.053.737
1996	523.250	233.248	464.436	83.796	1.304.730
1997	503.700	243.738	469.366	86.206	1.303.010
1998	353.331	133.619	357.366	84.192	928.508
1999	373.242	123.335	307.097	82.675	886.349
2000	396.989	132.291	337.519	85.980	952.779
2001	365.764	137.839	333.021	81.638	918.262
2002	392.584	143.919	332.165	83.030	951.698
2003	366.525	158.936	339.142	86.262	950.865
2004	391.290	168.599	346.395	93.915	1.000.199
2005	410.204	173.062	379.701	89.646	1.052.613
2006	439.425	174.230	383.493	95.644	1.092.792
2007	467.820	178.365	397.630	95.507	1.139.322
2008	505.247	184.272	416.017	96.827	1.202.363
2009	525.823	191.392	421.551	97.510	1.236.276
2010	523.736	195.408	428.097	95.338	1.242.579
2011	582.956	216.435	455.537	99.340	1.354.268

Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal.

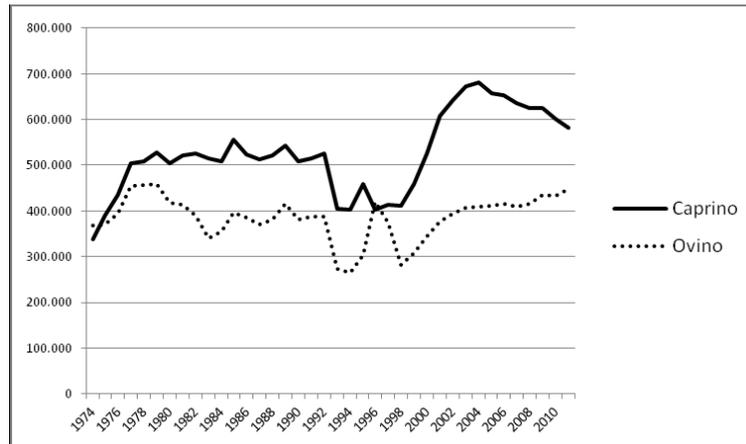
### MÃO-DE-OBRA OCUPADA NA AGROPECUÁRIA

Ao longo da década de 2000, a agropecuária continuou a vivenciar um decréscimo em sua participação no PIB paraibano. Porém, esta atividade ainda continua sendo uma importante fonte de absorção de mão de obra para o Estado.

Em 2000, o número total de trabalhadores ocupados na agropecuária era 366.358, sendo 273.113 (74,5%) da zona rural e 93.245 (25,5%) da zona urbana. Já

em 2009, a agropecuária passou a empregar 374.433 trabalhadores ocupados, sendo 229.879 (61,4%) da zona rural e 144.554 (38,6%) da zona urbana. Portanto, verifica-se que, ao longo da década, houve um crescimento no número de trabalhadores que residiam na zona urbana em detrimento dos que residiam na zona rural.

Gráfico 18. Paraíba: Evolução dos rebanhos caprino e ovino (1974 / 2011)



Fonte: IBGE – Produção Pecuária Municipal.

Os dados expostos na Tab. 9 mostram que, em 2009, a participação relativa da agropecuária na mão de obra ocupada do Estado foi de 24,2%. Chama-se atenção para o fato da mão de obra ocupada na agropecuária estadual, tal como ocorre para o conjunto da realidade brasileira, não reside exclusivamente na área rural. Do total da população ocupada no setor primário paraibano, 62% residiam na zona rural, e apenas 38% moravam na zona urbana. Isso é o resultado do processo de expulsão dos trabalhadores rurais do campo, de um lado, e da adoção de relações de trabalho temporárias na agricultura.

Da observação da Tabela 8, também fica evidenciado o fato de que nem toda população rural está ocupada na agropecuária. Com efeito, apenas 62,5% dos trabalhadores residentes na zona rural estavam ocupados no setor agropecuário. As atividades da indústria de transformação, construção civil, serviços sócias e comercia absorviam um número importante da força de trabalho residente no campo (10,8, 5,3, 5,3 e 4,8%, respectivamente).

A partir dos dados da Tab. 9, verifica-se que em 2009, dos 374.433 trabalhadores ocupados na agropecuária, 28.611 (7,6%) possuíam carteira de trabalho assinada contra 90.845 (24,3%) sem carteira de trabalho assinada, e que essa maior parcela dos trabalhadores não apresentava carteira de trabalho assinada era observada tanto na zona rural quanto na zona urbana. Porém, ao se comparar esses dados com os de 2000, verifica-se que houve um decréscimo no número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada residentes na zona rural,

enquanto que o número dos sem carteira assinada residentes na zona urbana aumentou.

Tabela 8. Paraíba: Mão de obra ocupada, com 10 anos ou mais, segundo grupamentos de atividade, por situação domiciliar – 2009

Setores de atividade	Rural		Urbana		Total	
	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%
Agropecuária	229.879	62,5	144.554	12,3	374.433	24,2
Outras ativ. industriais	3.514	1,0	7.530	0,6	11.044	0,7
Ind. de transformação	39.650	10,8	127.492	10,8	167.142	10,8
Construção	19.576	5,3	98.879	8,4	118.455	7,7
Comércio e reparação	17.568	4,8	232.896	19,8	250.464	16,2
Aloj. e alimentação	5.019	1,4	52.199	4,4	57.218	3,7
Transp., armazenamento e comunicação	3.010	0,8	49.190	4,2	52.200	3,4
Administração pública	15.058	4,1	103.397	8,8	118.455	7,7
Ed., saúde e serviços sociais	19.571	5,3	136.022	11,5	155.593	10,1
Serviços domésticos	11.044	3,0	115.443	9,8	126.487	8,2
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	2.007	0,5	50.695	4,3	52.702	3,4
Outras atividades	1.506	0,4	58.225	4,9	59.731	3,9
Ativ. mal definidas	502	0,1	1.506	0,1	2.008	0,1
Total	367.904	100,0	1.178.028	100,0	1.545.932	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2009.

Tabela 9. Paraíba: Mão de obra ocupada na agropecuária, com 10 anos ou mais, segundo posição de ocupação, por situação domiciliar – 2009

Posição de Ocupação	Rural		Urbana		Total	
	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%
Empregado com carteira assinada	19.074	8,3	9.537	6,6	28.611	7,6
Empregado sem carteira assinada	52.197	22,7	38.648	26,7	90.845	24,3
Conta própria	33.630	14,6	30.620	21,2	64.250	17,2
Empregador	1.506	0,7	1.505	1,0	3.011	0,8
Trab. na produção para autoconsumo	96.368	41,9	54.205	37,5	150.573	40,2
Não remunerado	27.104	11,8	10.039	6,9	37.143	9,9
Total	229.879	100,0	144.554	100,0	374.433	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2009.

Os trabalhadores por conta própria, os não remunerados e os que trabalham na produção para o próprio consumo totalizaram, respectivamente, 17,2%, 9,9% e 40,2%, correspondendo a 67,3% da mão de obra ocupada na agropecuária em

2009. Este valor mostra-se inferior ao observado em 2000, onde essas três categorias abrigavam 75,8% dessa mão de obra.

Em relação ao rendimento do pessoal ocupado, observa-se que, tanto na zona rural quanto na zona urbana, as mulheres que trabalham na agropecuária não recebem mais que os homens em nenhuma das faixas de renda. A faixa correspondente a mais de  $\frac{1}{4}$  até  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo é a que compreende a maior parcela dos trabalhadores de ambos os sexos e em ambas as situações domiciliares. Nenhum trabalhador ocupado na agropecuária recebe mais 5 salários mínimos. (ver Tab. 10)

Tabela 10. Paraíba: Mão de obra ocupada na agropecuária, com 10 anos ou mais, segundo faixas de renda expressa em salário mínimo (SM), por sexo e situação domiciliar – 2009

Faixas de Renda	Rural			Urbana		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Sem rendimento	5.016	3.510	1.506	502	502	–
Até $\frac{1}{4}$ SM	71.770	53.198	18.572	39.651	28.106	11.545
Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ SM	86.335	67.262	19.073	52.200	40.153	12.047
Mais de $\frac{1}{2}$ até 1 SM	55.211	44.168	11.043	42.161	32.625	9.536
Mais de 1 até 2 SM	10.539	7.027	3.512	7.530	5.020	2.510
Mais de 2 até 3 SM	1.004	1.004	–	1.004	1.004	–
Mais de 3 até 5 SM	–	–	–	502	502	–
Mais de 5 SM	–	–	–	–	–	–
Total	228.871	175.165	53.706	142.044	106.406	35.638

Fonte: IBGE – PNAD 2009.

Em relação à contribuição a algum instituto de previdência, a maior parte da mão de obra ocupada na agropecuária não era contribuinte, onde a parcela dos contribuintes compreendia apenas 23.090 trabalhadores (10%) da zona rural e 19.576 trabalhadores (13,5%) da zona urbana. No tocante a associação a algum sindicato, a maior parcela do pessoal ocupado na agropecuária não era associado a nenhum sindicato (53,6%), e dos 173.661 (46,4%) associados, 123.976 (53,9%) moravam na zona rural e 76.796 (53,1%) moravam na zona urbana.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

A organização das atividades agropecuárias apresenta como características importantes a desigualdade na apropriação dos recursos (com destaque para a terra) e a instabilidade. A estrutura fundiária pode apresentar uma forte concentração, necessitando, portanto, de uma atuação do governo para corrigir as distorções<sup>v</sup>. Além disso, o ambiente em que se desenvolve a produção agropecuária é caracterizado por uma forte instabilidade decorrente seja das oscilações de preço seja das alterações nas condições climáticas, havendo necessidade de atuação do governo tendo em vista reduzir as incertezas<sup>vi</sup>. Nesse

texto são discutidas as políticas de irrigação, agrária e creditícia, por serem as que tiveram uma maior representatividade na última década na realidade produtiva primária estadual.

### **POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO**

A preocupação com a irrigação no Nordeste data da segunda metade do século XIX, quando se discutia a ação do poder central face ao problema da seca que afeta o Nordeste periodicamente. O problema do Nordeste era identificado com o problema hidráulico. Se o problema era a falta d'água, a solução era armazenar água, através da construção de açudes e barragens, da perfuração de poços etc. Nesse contexto, a política de irrigação era colocada como uma forma de utilização da água armazenada. Para implementar essa política, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 19096. A atuação desses órgãos na Paraíba resultou na construção de várias barragens e açudes, dentre eles podem ser citados: Coremas-Mãe d'Água (em Coremas), Presidente Epitácio Pessoa (em Boqueirão), Engenheiro Arcoverde (em Condado), Engenheiro Ávidos (em Cajazeiras), São Gonçalo (em Sousa), Sumé (em Sumé) etc. Em três desses açudes foram implantados projetos de irrigação, a saber: Perímetro Irrigado de São Gonçalo, Condado e Sumé (veja Quadro 1).

**Quadro 1- Paraíba: Perímetros irrigados do DNOCS – 2009**

<b>Discriminação</b>	<b>Eng. Arcoverde</b>	<b>São Gonçalo</b>	<b>Sumé*</b>
Municípios	Condado	Sousa	Sumé
Superfície do projeto	642 ha	5.548 ha	831 ha
Superfície em operação	586 ha	2.267 ha	595 ha
Nº de colonos	54	509	47
Principais culturas	milho, feijão, melancia e banana	arroz, feijão, coco, banana, tomate e milho.	milho e feijão

FONTE: Silva, 2009, p. 36.

Como se pode observar, destaca-se o Perímetro de São Gonçalo, seja pelo número de famílias assentadas, seja pelo tamanho da área. Nesses perímetros, além das lavouras alimentares tradicionais (milho e feijão), há a produção de frutas (coco, banana, melancia, etc.).

Quanto às iniciativas do governo estadual, elas só ocorreram a partir do Governo de Wilson Braga (1983-1986). Durante o seu governo ele pôs em execução o Projeto Canaã, responsável pela construção de vários açudes e barragens, bem como por vários projetos de irrigação, destacando-se os Projetos Gravatá (nos municípios de Nova Olinda e Pedra Branca), o Projeto Lagoa de Arroz (nos

municípios de Santa Helena, Cajazeiras e São João do Rio do Peixe) e os Projetos Piancó I, II e III (nos municípios de Pombal, Coremas, Cajazeirinha, Boa Ventura, Diamante, Ibiara, Piancó e Itaporanga) (veja Tabela VII, em anexo).

Após o governo de Wilson Braga a iniciativa mais significativa foi a implantação do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS), nos municípios de Sousa e Aparecida. A água para esse projeto é trazida da barragem de Coremas/Mão D'Água através do Canal da Redenção com 37 km de extensão. A área total do projeto é de 4,3 mil hectares, compreendendo lotes para pequenos irrigantes, para empresas, para pesquisa e para projeto de assentamento sob a responsabilidade do INCRA. As principais culturas exploradas são banana, coco da baía e arroz. Os principais tipos de irrigação utilizados são o pivot central, a microaspersão e o gotejamento.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, constata-se que dos 167.272 estabelecimentos agropecuários da Paraíba apenas 6,8% (11.419 estabelecimentos) faziam uso da irrigação, abrangendo uma área que correspondia a apenas 1,6% (58.683 hectares)<sup>vii</sup> da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Ao se comparar esses dados com os do censo agropecuário de 1995/1996, temos que, entre os dez anos compreendidos entre os dois censos, o número de estabelecimentos recenseados que utilizavam a irrigação cresceu 24,9% (de 9.145 estabelecimentos em 1995/1995 para 11.419 estabelecimentos em 2006), enquanto que a área dos mesmos decresceu 7,7% (de 63.548 hectares em 1995/1996 para 58.683 hectares em 2006). Isso indica que os pequenos estabelecimentos aumentaram a sua participação no uso da irrigação frente aos grandes estabelecimentos.

No tocante ao uso da irrigação segundo os grupos de área, pode-se observar na Tab. 11, que os estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares concentram 81,4% dos estabelecimentos que fazem uso da irrigação, enquanto que os com mais de 500 hectares compreendem apenas a 0,2% desses estabelecimentos. Portanto, verifica-se que a irrigação ainda é uma prática muito pouco utilizada no Estado, principalmente por parte dos grandes e médios estabelecimentos.

Em relação aos projetos de irrigação, constata-se a existência de doze perímetros irrigados no Estado da Paraíba, que correspondem a 12.516 hectares de área irrigável, 7.935 hectares de área implantada e 3.911 hectares de área cultivada, e que buscam beneficiar cerca de 2.000 famílias. Desses doze perímetros, três foram implantados pelo Governo Federal, através do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), e os demais são de competência administrativa do Governo do Estado.

Tabela 11. Paraíba: Número e área dos estabelecimentos agropecuários com uso de irrigação, segundo grupos de área – 2006

Grupos de Área (ha)	Número de Estabelecimentos		Área dos Estabelecimentos	
	Fr. Absoluta	%	Fr. absoluta	%
Sem declaração	570	5,0	1.926	3,3
Menos de 10	9.300	81,4	16.921	28,8
De 10 a menos de 50	1.253	11,0	9.087	15,5
De 50 a menos de 100	129	1,1	2.322	4,0
De 100 a menos de 500	133	1,2	7.750	13,2
De 500 a mais	24	0,2	20.678	35,2
Total	11.419	100,0	58.683	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário da Paraíba 2006.

### POLÍTICA DE CRÉDITO

Durante a segunda metade da década de 1990, houve uma evolução favorável em relação à política de crédito. Este fato pode ser explicado, em parte, pela criação de programas como o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e o PRONAF (Programa Nacional de Fomento à Agricultura Familiar), que visavam à liberalização do crédito à pequena produção.

Entre os anos 2000 e 2009, o valor total do crédito concedido à agropecuária apresenta uma trajetória ascendente, com exceção de 2005 e 2009, obtendo uma taxa de crescimento de 145,7% (de R\$ 119.701.045,37 em 2000 para 294.127.412,33 em 2009). O crédito rural destinado à comercialização, que correspondia a aproximadamente 79% do total em 2000, termina em 2009 com uma participação de apenas 31%. Enquanto isso, a participação do crédito destinado ao custeio e ao investimento crescem aproximadamente 200% ao longo da década. (ver Gráficos 19 e 20)

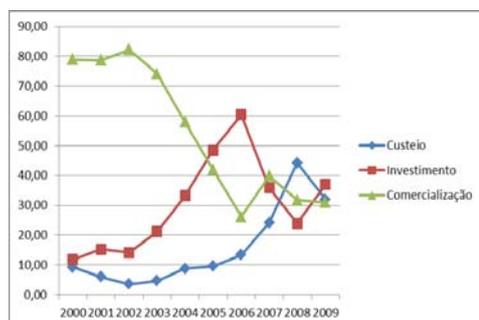


Gráfico 19. Paraíba: Participação do crédito rural por finalidade – 2000 a 2009

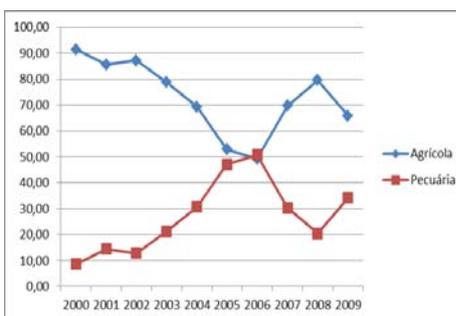


Gráfico 20. Paraíba: Participação do crédito rural por tipo de atividade – 2000 a 2009

Fonte: Banco Central – Anuário Estatístico do Crédito Rural.

Em relação à atividade a que se destinou o crédito, pode-se observar no Gráfico 11 que, enquanto o crédito destinado à pecuária apresentou uma trajetória ascendente ao longo dos sete primeiros anos da década de 2000, aquele destinado à agricultura apresentou uma trajetória declinante. Porém, com exceção do ano de 2006, a participação da agricultura no crédito rural total foi superior à participação da pecuária, apesar desta apresentar um número superior de contratos.

### **POLÍTICA AGRÁRIA**

Durante a década de 2000, cerca de 100 projetos de assentamento foram criados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Estado da Paraíba, compreendendo uma área de 120.150 hectares e assentando 4.419 famílias.

Até o ano de 1999, a maioria dos projetos de assentamento criados pelo INCRA situava-se na mesorregião da Zona da Mata Paraibana (43,1%). Porém, esta tendência se modifica ao longo da década de 2000, onde a Zona da Mata passa a concentrar apenas 11% dos assentamentos, distribuídos entre 11 municípios, abrangendo uma área de 7.921 hectares e assentando 805 famílias.

A maior concentração dos projetos de assentamento ficou por conta do Agreste Paraibano, com 37 assentamentos, distribuídos entre 25 municípios e compreendendo uma área de 44.036 hectares com 1.655 famílias assentadas. Destes projetos, apenas cinco pertenciam a municípios do Brejo Paraibano.

O Sertão Paraibano veio em seguida com 36 assentamentos em 22 municípios, distribuídos em uma área de 40.599 hectares e assentando 1.256 famílias. Já a mesorregião da Borborema abrangeu apenas 18 projetos de assentamento, distribuídos em 13 municípios, que compreenderam uma área de 27.592 hectares e assentaram 703 famílias.

### **CONCLUSÃO**

O objetivo do presente trabalho foi analisar o desempenho do setor agropecuário do Estado da Paraíba nas últimas décadas, dando ênfase aos seguintes objetivos: a participação da agropecuária no PIB estadual; a estrutura fundiária; a base técnica da produção; a evolução das principais lavouras e rebanhos; a situação da mão de obra ocupada na agropecuária e; o comportamento das políticas públicas.

Na década de 2000, o PIB estadual apresentou uma taxa de crescimento superior à observada tanto para o PIB regional quanto para o PIB nacional, porém, sua participação em ambos sofreu um declínio em relação aos anos anteriores, evidenciando a pequena dimensão da economia paraibana no contexto regional e nacional. Já em relação à participação da agropecuária no PIB paraibano, verificou-se um declínio ao longo da década, evidenciando uma continuação da tendência de redução do peso da agropecuária no contexto da economia estadual.

No tocante à estrutura fundiária, ao se comparar os dados dos Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006, constatou-se que os pequenos estabelecimentos passaram a ter uma maior participação tanto no número quanto na área total dos estabelecimentos agropecuários recenseados. Essa melhora no padrão de distribuição da propriedade fundiária pode ser comprovada ainda pela queda no valor do índice de Gini e pode ser atribuída, em parte, à política agrária implementada no período.

Em relação à evolução das principais lavouras e rebanhos estudados, observou-se que, ao longo da década de 2000, a pecuária conseguiu reverter à tendência de queda no efetivo dos rebanhos bovino, suíno e ovino, vivenciada ao longo da década de 90, e que, tanto a lavoura permanente quanto a temporária, apresentaram crescimento em termos de área plantada e valor da produção. Já em no tocante a quantidade produzida, apenas a produção de cana-de-açúcar, banana, coco-da-baía e sisal obtiveram uma taxa de crescimento positiva ao longo da década.

No que concerne à situação da mão de obra ocupada na agropecuária durante a década de 2000, verificou-se um crescimento no número de trabalhadores que residiam na zona urbana em detrimento dos que moravam na zona rural, e um decréscimo no número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, que continuou, porém, superior ao número dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, tanto na zona rural quanto na zona urbana. O número de trabalhadores por conta própria, os não remunerados e os que trabalham na produção para o próprio consumo em 2009 mostrou-se inferior ao observado em 2000, mas continuo abrangendo mais da metade da mão-de-obra ocupada na agropecuária.

Em relação aos rendimentos, constatou-se que, tanto na zona rural quanto na zona urbana, as mulheres que trabalham na agropecuária não recebem mais que os homens em nenhuma das faixas de renda, e que a faixa correspondente a mais de  $\frac{1}{4}$  até  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo é a que compreende a maior parcela dos trabalhadores de ambos os sexos e em ambas as situações domiciliares. Nenhum trabalhador ocupado na agropecuária recebe mais cinco salários mínimos.

Com referência a política de irrigação, verificaram-se doze projetos de irrigação no Estado da Paraíba, onde três estavam sob a responsabilidade do Governo Federal, através do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), e os demais eram de competência administrativa do Governo do Estado, e ao se comparar os dados dos censos agropecuários de 1995/1996 e 2006, observou-se que o número de estabelecimentos recenseados que utilizavam a irrigação cresceu 24,9%, enquanto que a área dos mesmos decresceu 7,7%, ou seja, os pequenos estabelecimentos aumentaram a sua participação no uso da irrigação frente aos grandes estabelecimentos.

No tocante a política de crédito, entre os anos 2000 e 2009, o valor total do crédito concedido à agropecuária apresentou uma trajetória ascendente, com exceção de 2005 e 2009, com decréscimo do crédito rural destinado à comercialização e aumento da participação do crédito destinado ao custeio e ao investimento. Já em termos da atividade a que se destinou o crédito, observou-se

que, enquanto o crédito destinado à pecuária apresentou uma trajetória ascendente ao longo dos sete primeiros anos da década de 2000, aquele destinado à agricultura apresentou uma trajetória declinante. Porém, com exceção do ano de 2006, a participação da agricultura relativa ao destino do crédito rural foi superior à participação da pecuária, apesar desta apresentar um número superior de contratos.

Em termos de política agrária, durante a década de 2000, cerca de 100 projetos de assentamento foram criados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Estado da Paraíba, compreendendo uma área de 120.150 hectares e assentando 4.419 famílias. Estes projetos deixaram de se concentrar na mesorregião da Zona da Mata Paraibana, modificando a tendência dos anos anteriores, e passaram a ter uma maior participação no Agreste e Sertão Paraibanos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. Capítulos da história colonial. São Paulo: Publifolha, 2000.
- BCB. Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>.
- FREUND, J. E. I. Estatística Aplicada. 11 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário da Paraíba 1995/1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário da Paraíba 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrária Municipal. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Microdados da PNAD 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- IPEADATA. Base de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- TARGINO, I.; MOREIRA, E. Desempenho da Agropecuária Paraibana na década de 1990. In: CAMPOS, F.; MOREIRA, I. T.; MOUTINHO, L. G. A Economia Paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006. P. 47 – 107.

TARGINO, I.; MOREIRA, Emilia . Estado e secas no Nordeste. In: MOREIRA, Emilia. (Org.). Agricultura familiar e desertificação. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia. Política pública e organização agrária no Cariri paraibano. Geonordeste (UFS), v. XIX, p. 107-127, 2008.

SEDAP. Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca.

SILVA, Damiana. Seca e irrigação na agricultura paraibana. João Pessoa: UFPB/Departamento de Economia, Monografia de Conclusão de Curso, 2009.

---

<sup>i</sup> Para uma visão mais completa das secas e seus impactos sobre a agricultura veja Targino e Moreira (2006).

<sup>ii</sup> Convém lembrar que a lavoura do algodão da Paraíba, sofreu um grande golpe com a disseminação da praga do bicudo na primeira metade da década de 1980. Em 1984, quando desencadeou a praga do bicudo, a Paraíba produziu 46,6 mil toneladas de algodão herbáceo e 109,1 mil toneladas de algodão arbóreo. Lembra-se também que a produção algodoeira já vinha sofrendo com a redução dos preços internacionais do produto, decorrente da competição com as fibras sintéticas.

<sup>iii</sup> Também a lavoura do sisal que tinha se propagado, rapidamente, na Paraíba a partir da década de 1940 entra em declínio já no final da década de 1970. Em 1979, a produção paraibana de sisal foi da ordem de 102 mil toneladas da fibra. O produto que tinha encontrado condições naturais favoráveis ao seu desenvolvimento, sobretudo no Agreste e na Borborema, entra em rápido declínio em virtude da queda do preço internacional do produto, resultado tanto do advento das fibras sintéticas, quanto do aumento da produção em alguns países africanos.

<sup>iv</sup> Para uma análise mais detalhada dos impactos do PAA-Leite sobre a caprinocultura e ovinocultura no Estado da Paraíba, veja Targino e Moreira (2008).

<sup>v</sup> Nesse caso, fala-se de uma política agrária, que pode ser definida como o conjunto de medidas adotadas pelo governo para corrigir as distorções existentes na estrutura fundiária. Trata-se da política de reforma agrária.

<sup>vi</sup> Nesse caso, fala-se de política agrícola, entendida como o conjunto de medidas que procuram garantir um ambiente de estabilidade para as atividades produtivas nesse setor. Entre essas medidas, podem ser lembradas: política de preço mínimo, de armazenamento, de crédito, de assistência técnica, cambial, etc.

Em 1919, a IOCS foi transformada em Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), e em Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), em 1945.

<sup>vii</sup> Lembra-se que esta é a área dos estabelecimentos que informaram fazer uso da irrigação. Não significa que toda a área desses estabelecimentos era irrigada.

Contato com o autor: [ivantargino@bol.com.br](mailto:ivantargino@bol.com.br)

Recebido em: 15/11/2014

Aprovado em: 22/12/2014